

# JORNAL DA CONDSEF

ENTIDADE FILIADA  
CUT ISP

## ■ DESAFIO DO ANO

# Arrocho será palavra de ordem do governo em 2012. Unidade, resistência e luta serão as nossas

*Governo declara servidores inimigos do equilíbrio fiscal e anuncia um 2012 difícil para os que lutam por melhores condições de trabalho e serviços públicos de qualidade*



Mobilização deve crescer para que servidores do Executivo não sofram com arrocho que o governo quer impor à categoria. Só este ano deputados tiveram reajuste de 61% em seus salários. Ministros, 149%. Presidenta Dilma teve salário reajustado em 143%



## NESTA EDIÇÃO

Retrospectiva 2011 e as lições que devem ser aprendidas. **4 e 5**

As bandeiras de luta que devem continuar em destaque em 2012. Aprovação e derrubada de projetos que influenciam a vida do servidor. **3**

## E mais:

A luta pela aprovação de emendas para combater injustiças do PL 2203/11. **6**



**S**e você acompanha noticiários deve saber que o governo tem reforçado cada vez mais o discurso de que o maior obstáculo para o Brasil enfrentar a crise são os servidores públicos. Recentemente, o ministro da Fazenda Guido Mantega disse que teme mais os reajustes aos salários dos servidores que as turbulências do mercado externo. Editoriais tentam reforçar este discurso e retratar os servidores como despreparados e uma massa excessiva que atrapalha os movimentos do Estado.

Os absurdos discursos têm objetivo claro de preparar o terreno para que o governo tenha apoio da sociedade quando anunciar mais um ano de arrocho aos servidores e fechar as portas para demandas que se arrastam sem nunca serem atendidas. Mas os “gastos” públicos não ganham dimensões catastróficas quando o assunto são reajustes para os próprios ministros que no início deste ano tiveram 149% de aumento em suas remunerações. Deputados levaram 61%. A própria presidenta Dilma Rousseff teve seu salário reajustado em 143%.

Antes do recesso de final de ano, parlamentares ainda devem se reunir para discutir reajustes e benefícios aos funcionários da Câmara dos Deputados. Todos pleiteiam seus justos reajustes. Então porque quando se trata dos servidores do Executivo, aqueles que atendem diretamente a população, isso se torna um grave problema para o ajuste fiscal? A questão é: deixaremos que se fortaleça o discurso de que somos os vilões do equilíbrio das contas públicas, responsáveis diretos pela crise, ou nos uniremos para apontar os verdadeiros culpados e denunciar os problemas que impedem o adequado investimento na administração pública?

Já sabemos quais as táticas usadas para minar nossa resistência. Vamos continuar deixando que decidam nosso futuro por nós? Aceitaremos passivamente as decisões que nos atingem ou buscaremos verdadeiramente a vitória por meio de nossa unidade e mobilização?

**Na agenda de negociações** abertas no Ministério do Planejamento o mês de março aparece como limite para conclusão de propostas e projetos a serem incluídos no orçamento de 2013. Em abril a Condsef realiza sua Plenária Estatutária onde a categoria deve decidir os rumos da mobilização da maioria do Executivo para este ano. Caso não haja avanços esperados, todos devem estar prontos a assumir seu lugar na luta em defesa de suas reivindicações.

É preciso estar atento a este calendário. Nesta edição do Jornal da Condsef você acompanha o há por vir. Nossas entidades filiadas precisam estar prontas a organizar a luta nos Estados e os servidores preparados para assumir seu lugar nessa luta. O ano não será fácil. Mas se juntos conseguirmos resistir aos obstáculos a nossa frente terminaremos 2012 mais próximos de nossos objetivos de ter no Brasil servidores valorizados e um serviço público eficiente. ■

## EDITORIAL

## Arrocho se combate com união

O governo federal já vem dando seu recado aos servidores federais desde agora: 2012 será ano de arrocho. As constantes declarações têm sido publicadas com frequência em notícias e até editoriais de jornais de grande circulação. "O perigo está aqui dentro", disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em recente entrevista se referindo aos servidores federais como principal preocupação quando o assunto é o equilíbrio fiscal do Brasil.

Tais declarações devem ascender imediatamente o sinal de alerta na categoria. Querem novamente vender a ideia de que são os servidores os principais responsáveis pelos problemas enfrentados pelo Brasil. Seja na intenção de aprovar uma previdência complementar para o setor público, seja anunciando que reajustes serão praticamente impossíveis de serem assegurados; o governo federal tem deixado claro que sua postura em 2012 será a do mais completo arrocho.

Para combater esse cenário desfavorável e a precarização dos serviços públicos pré-anunciada, será preciso mais que marchas a Brasília. Arrocho se combate com união, pressão, forte mobilização. A provocação por meio desses recados mostra que o governo, mais uma vez, quer deixar para o servidor a conta de problemas criados pela má administração do dinheiro público.

Se quisermos barrar as absurdas imposições do governo e impor um ritmo aos nossos processos de negociação devemos agir

**Se quisermos barrar as absurdas imposições do governo e impor um ritmo aos nossos processos de negociação devemos agir com toda força para pressionar pelo atendimento de nossas principais reivindicações**

com toda força para pressionar pelo atendimento de nossas principais reivindicações. Os sinais de que enfrentaremos o muro do arrocho estão claros. Precisamos de união para derrubar a fortaleza que o governo vem erguendo em processos de negociação morosos e de resultados quase sempre ineficazes. Estamos em um mesmo barco e não devemos aceitar que a penalização por uma crise que não é nossa nos afunde num mar de problemas.

A flexibilização e redução de impostos para o empresariado, amplos recursos para o FMI, aumento permanente do superávit primário, a evasão de milhões de reais em esquemas intermináveis de corrupção, são só alguns exemplos do que devia ser combatido para equilibrar as contas públicas. Mas ao longo dos anos têm sido os servidores desvalorizados e serviços públicos sucateados quem pagam a conta para que a farra das minorias siga acontecendo.

É preciso dar um basta. Aqueles que estão cansados de serem responsabilizados por problemas provocados por terceiros, aqueles cansados de carregar o piano e serem apontados como vilões, aqueles que sabem que merecem tratamento adequado e respeito; vamos à luta. Pois só verdadeiramente unidos vamos poder remar e vencer tantas marés que teimam em nos empurrar para longe da rota de um país desenvolvido com servidores valorizados e serviços públicos de qualidade. Por isso, em 2012, vamos remar todos em direção aonde queremos estar.

A Direção

## VEM AÍ

# Plenária Estatutária da Condsef pode votar GREVE GERAL EM 2012

Entre os dias 5 e 7 de abril representantes de entidades filiadas à Condsef de todo o Brasil se reúnem em Caldas Novas (GO) para debater e votar temas importantes para futuro do movimento sindical

A Condsef se prepara para realizar sua 7ª Plenária Estatutária entre os dias 5 e 7 de abril em Caldas Novas, Goiás. A atividade reúne representantes das entidades filiadas à Condsef. Por estatuto, participam as entidades que estejam em dia com suas contribuições sindicais. No último Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) foram definidas algumas datas importantes para a realização do evento. Entidades que quiserem participar e não estiveram em dia com suas contribuições terão até o dia 10 de março para regularizar sua situação. Também no dia 10 de março termina o prazo para envio de textos para compor o Caderno de Teses da plenária. As assembleias que devem eleger os delegados para participar das atividades devem ser realizadas entre os dias 1º de janeiro e 29 de fevereiro.

As entidades filiadas à Condsef devem estar atentas a esse calendário. A



Caldas Novas será palco de debates importantes para definir rumos da luta da maioria dos servidores

participação nesta Plenária Estatutária será de fundamental importância. O início de abril foi eleito como data estratégica para realização desta plenária. Será uma oportunidade única para que representantes de toda a base da Condsef concentrem debates em torno do rumo do processo das negociações com o governo que têm prazo para serem concluídos até março.

**Greve geral** – É na plenária que poderá ser votada uma greve geral por tempo indeterminado dos setores da base da Condsef. Isso caso a avaliação do cenário político aponte para falta de avanços nos processos de negociação que estão em curso. Toda atenção, mobilização e unidade dos servidores em torno de suas bandeiras de luta serão fundamentais.

Em janeiro já existem reuniões pré-agendadas no Planejamento, mês em que também ocorrem reuniões e oficinas que vão debater temas como diretrizes de carreira, gratificação de

### ATENÇÃO AO CALENDÁRIO

#### 7ª Plenária Estatutária Condsef

**5 a 7 de abril - Caldas Novas (GO)**

**1º de janeiro a 29 de fevereiro:** assembleias para eleger delegados que irão à Plenária

**10 de março:** prazo para colocar em dia contribuição das entidades e entrega de textos para Caderno de Teses

qualificação (GQ), retribuição de titulação (RT), racionalização de cargos e outros assuntos essenciais para avanços nos processos de negociação. Portanto, olho vivo neste calendário e todos atentos à plenária em abril. A categoria precisa estar preparada para lutar pelo atendimento de suas reivindicações em 2012. ■



Caso não ocorram os avanços esperados nos processos de negociação, a aprovação de uma greve geral por tempo indeterminado não está descartada

JORNAL DA CONDSEF

#### EXPEDIENTE

S.C.S. Ed. Wady Cecílio II, 6º andar, Q. 02, nº 164  
70302-915 – Brasília/DF  
Fone: (61) 2103-7200 – Fax: (61) 2103-7221  
www.condsef.org.br / comunica@condsef.com.br

#### DIREÇÃO EXECUTIVA

**Secretaria Geral**  
Josemilton Maurício da Costa  
**Secretaria de Administração**  
José Maurício Valença Scotelaro

#### Secretaria de Finanças

Pedro Armengol de Souza  
**Secretaria de Imprensa e Comunicação**  
Sérgio Ronaldo da Silva  
**Secretaria de Política Sindical e Formação**  
Carlos Henrique Bessa Ferreira  
**Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe**  
Luís Carlos de Alencar Macêdo  
**Secretaria de Relações Internacionais**  
Edvaldo Andrade Pitanga  
**Secretaria de Aposentados e Pensionistas**

#### Hércules Antônio Coelho de Lima

**Secretaria de Políticas Públicas e Social**  
José Carlos de Oliveira  
**Secretaria de Movimentos Sociais**  
Neide Rocha Cunha Solimões  
**Secretaria de Gênero, Raças e Etnias**  
Jussara Griffó

**Tiragem:** 5 mil exemplares

**Diagramação:** Ronaldo Alves 0207/DF  
**Jornalista Responsável:**  
Graziela Pereira de Almeida MG08090 JP



#### ENTIDADES FILIADAS QUE FAZEM A FORÇA DA CONFEDERAÇÃO

SINDSEP-PR / SINDISERF-RS / SINDFAZ-RS / SINTRAFESC-SC /  
SINDSEP-ES / SINDSEP-MG / SINTRASEF-RJ / SINFA-RJ / SINDSEP-SP /  
SINDCT-SP / SINDSEP-AC / SINDSEP-AM / SINDSEP-AP /  
SINTSEP-PA / SINDFAZ-PA / SINDSEP-RO / SINDSEP-RR /  
SINTSEP-TO / SINTSEP-AL / SINTSEF-BA / SINTSEF-CE / SINDSEP-MA /  
SINTSERF-PB / SINDECOM-PB / SINDSEP-PE / SINSEP-PI / SINTSEF-RN /  
SINTSEP-SE / SINDSEP-MT / SINDSEP-MS / SINTSEP-GO / SINDSEP-DF

■ CAMPANHA SALARIAL 2012

# Unidade deve ser fortalecida em torno de bandeiras de luta construídas em 2011

*Maior parte da pauta de reivindicações que promoveu mobilização de trabalhadores de todas as Esferas continua na ordem do dia. Busca por apoio de parlamentares será foco importante para assegurar direitos e garantir melhores condições de trabalho e orçamento justo ao serviço público nos próximos anos*

**A**legando necessidade de aprimorar diálogos internos com representantes do governo, o Ministério do Planejamento informou que as reuniões agendadas e confirmadas para este mês de dezembro foram canceladas. As agendas foram remarçadas para janeiro. Com isso, o governo empurra para 2012 as possibilidades de avanços nos processos de negociação em curso. Oficinas que devem debater temas como insalubridade, avaliação de desempenho, diretrizes de carreira, GQ, RT e racionalização de cargos também ficaram para janeiro.

Para justificar os adiamentos a Secretaria de Relações do Trabalho acrescentou que, se mantidas, as reuniões não seriam produtivas. O Planejamento reforçou que as negociações sobre estrutura remuneratória para todas as categorias serão retomadas em fevereiro.

A categoria deve permanecer em estado de alerta e preparada para lutar pelo atendimento de suas reivindicações em 2012. Unidade e pressão serão fundamentais neste processo. Além das pautas que tratam reestrutura de carreira, seguem tramitando no Congresso Nacional inúmeros projetos que interessam e afetam diretamente os servidores e serviços públicos. Veja quadro.

Continue atento. Ao longo do ano as informações de interesse dos servidores da base da Condsef vão continuar sendo publicadas em nossa página na internet. Acesse [www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br). Participe de nossa luta. ■



Luta pela derrubada do PLP 549/10, entre outros projetos, deve permanecer em 2012



Na noite do dia 14 de dezembro, Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade a PEC 270/08. Esta foi uma importante vitória dos trabalhadores em direção ao resgate do direito a aposentadoria integral dos servidores afastados por invalidez permanente

## ■ OLHO VIVO À AGENDA DO CONGRESSO

Diap mantém atualização de uma lista dos principais projetos que tramitam no Congresso Nacional e afetam diretamente a vida dos servidores mexendo com serviços públicos. Acompanhe e intensifique a luta em defesa dos seus direitos e contra projetos que prejudicam o setor. Para ver a lista completa acesse [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)

### ● PLP 549/2009 (NO SENADO, PLS Nº 611/2007)

De autoria do senador Romero Jucá, o projeto propõe a restrição a despesas com pessoal e busca limitar o aumento com encargos sociais da União por dez anos. O PL já foi rejeitado por unanimidade em duas comissões na Câmara dos Deputados e aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça, último passo para seguir ao Plenário. Objetivo é a derrubada definitiva do polêmico projeto que promete congelar e travar o desenvolvimento dos serviços públicos no Brasil.

### ● PL 1.992/2007

De autoria do Poder Executivo a proposta prevê a criação de uma previdência complementar no serviço público. Lideranças da Câmara dos Deputados decidiram deixar a votação do polêmico projeto para o ano que vem. Apesar da forte pressão de diversos segmentos e categorias contrárias a criação de um fundo privado para administrar a contribuição dos servidores que pretendem se aposentar acima do teto do INSS e de um suposto déficit inexistente, há uma tendência de que a proposta passe. Servidores devem seguir lutando até o fim contra mais este engodo que o governo tenta empurrar para tapar buracos provocados por má administração do dinheiro público.

### ● PLP 92/2007

Outra proposta nefasta e polêmica do Poder Executivo, o PLP 92/07 busca criar fundações que deixaria nas mãos da iniciativa privada a administração de áreas essenciais como saúde, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, comunicação social e outros. Mobilizações em 2012 devem ser reforçadas contra a aprovação da proposta que em resumo significaria a possibilidade de privatização de todo o Estado Brasileiro.

### ● PLP 248/1998

Criada durante o governo FHC a proposta não tem apelo junto ao governo atual. A Condsef e suas entidades filiadas lutam pela derrubada definitiva do projeto que busca aprovar a demissão por insuficiência de desempenho com regras que podem tornar servidores vulneráveis a más chefias e fragilizar a atuação do funcionário de carreira na defesa por um serviço público eficiente e de qualidade.

### ● PLP 555/2010

De autoria do Poder Executivo o projeto dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Passa por comissões antes de chegar ao Plenário onde será votado. Servidores lutam pela aprovação do projeto.

### ● PEC 270/2008

No dia 14 deste mês o plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade a PEC 270/08. De autoria da deputada Andreia Zito, a proposta garante paridade aos servidores aposentados por invalidez permanente. A Condsef se orgulha de ser pioneira na luta em defesa dessa causa justa. Este é o primeiro passo para assegurar o resgate da dignidade de muitos trabalhadores. Antes de seguir para o Senado a PEC ainda será votada em um segundo turno. A Condsef destaca a importância de se continuar a luta em defesa das reivindicações na pauta do Congresso. Conquistas como essa fazem renovar a força dos trabalhadores que acreditam que com luta, muita pressão e mobilização é possível chegar à vitória.

### ● PEC 555/2006

Outro importante projeto que deve ser apreciado em Plenário é o que prevê o fim da contribuição de inativos. Reconhecidamente um erro cometido contra milhares de aposentados e pensionistas o projeto precisa ser votada em dois turnos. Em 2012 permanece também a luta pela aprovação definitiva deste projeto.

### ● PL 5149/09 E 4293/08

Os projetos prevêem a aprovação de critérios e prazos para análise e reintegração de PDVistas ao serviço público.

### ● PEC 210/07

Prevê a retomada de um direito adquirido dos servidores ao adicional por tempo de serviço.

### ● NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Apesar de contar com projetos que tratam o tema já na pauta do Congresso um projeto que regulamenta a negociação coletiva vem sendo construído num processo de diálogo entre governo e representantes dos servidores. Uma minuta da proposta esta quase pronta e deve seguir para apreciação dos parlamentares. O objetivo é assegurar esse direito e garantir processos de negociação mais eficazes entre as parte que integram o diálogo em busca do atendimento de demandas dos servidores. No bojo da proposta há ainda itens que determinam regulamentação do direito dos servidores a realizar greves em defesa de seus interesses sem interferência do Estado.

## RETROSPECTIVA



FOTOGRAFIA



# As lições de

*Principais momentos da luta dos servidores neste ano devem servir de alerta sobre a importância de reunir ainda mais força e pressão para que o governo atenda demandas importantes para os servidores e o setor público.*

**S**e 2011 não trouxe os avanços que a maioria de nós esperava, devemos revisitar os momentos que vivemos para tirar lições importantes para este próximo ano. 2012 promete ser um ano tão ou mais difícil para os servidores federais. O discurso do governo de que precisa manter arrocho principalmente nas contas públicas vem sendo exaustivamente reproduzido pela mídia. Isso nos dá a ideia dos fortes obstáculos que nos aguardam.

Ao longo deste ano o Ministério do Planejamento teve um papel estratégico de segurar ao máximo os avanços nos processos de negociação com os servidores. Utilizando como desculpa o discurso da crise o governo mais uma vez reforça o mito de que os servidores são os principais responsáveis pelos problemas do Brasil quando na verdade buscam a todo custo esconder os verdadeiros culpados. Rolagem de juro, superávit primário, evasão de milhões em corrupção, um conjunto de absurdos que mina a capacidade do governo de administrar o dinheiro da população naquilo que realmente importa e todos esperam: serviços públicos de qualidade.

Quando diz que a crise impede que se invista em serviços públicos o governo cria uma imensa desculpa para adiar sua inevitável obrigação de garantir à população que os impostos recolhidos sejam revertidos em benefícios a quem tem direito. Aos servidores resta seu poder de mobilização que se por um lado afeta a população, por outro é sua principal ferramenta para cobrar do governo que estes serviços melhorem.

2011 mostrou que os servidores precisam manter pressão permanente junto ao governo sob o risco de verem suas demandas continuarem se acumulando sem a devida atenção e o necessário atendimento. Já sabendo que a mobilização e pressão são os sustentáculos da luta por melhores condições de trabalho, os servidores iniciam o ano em busca da conclusão de processos de negociação pendentes que devem acontecer até o mês de março. Se até lá não houver avanços significativos o que deve ocorrer é a mobilização máxima da categoria.

Em abril os servidores da base da Condsef têm encontro marcado na Plenária Nacional da entidade. Ou o governo atende as reivindicações justas dos servidores sem fazer uso de subterfúgios para fugir de suas obrigações com a sociedade e os trabalhadores públicos ou a reação deverá ser forte e consistente. A aprovação de uma greve nacional por tempo indeterminado não está descartada e será analisada e votada em abril. Portanto, todos atentos, mobilizados e unidos para defender e cobrar do governo atendimento imediato de suas principais reivindicações. ■



Em abril, segunda marcha unificada reuniu servidores de todos os processos de negociação instalados. A unidade em torno da Categoria dos servidores públicos federais



# e 2011



FOTOS GP

**1.** Em fevereiro, uma marcha marcou o lançamento da Campanha Salarial 2011 e deu largada para a luta dos servidores em torno de eixos unificados dos trabalhadores do Executivo, Legislativo e Judiciário, entre eles regulamentação da negociação coletiva e cumprimento de acordos.

**2.** Mobilização dos servidores na 2ª marcha surte efeito e ministra do Planejamento, Miriam Belchior, recebe em abril pela primeira vez representantes da categoria. Na mesma data ministra nomeia o secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Paiva, representante oficial do governo a frente dos processos de negociação com os servidores.

**3, 4, 5.** Tem início uma seqüência de reuniões com servidores dos Três Poderes. Planejamento então alega que crise impedirá governo de atender totalidade da pauta de reivindicações dos servidores declarando que negociações terão que ser setoriais.

**6, 7.** Improdutividade no processo de negociações leva servidores a organizar uma 3ª marcha em junho. Neste período Planejamento consolidou agendas de reuniões para tratar negociações específicas de uma série de setores da base da Condsef. A 3ª marcha reuniu milhares de trabalhadores em frente ao Planejamento incluindo categorias que haviam decretado greve como o caso dos servidores administrativos da Educação.

**8, 9.** Têm início as rodadas de negociações específicas sem muitos avanços. Apresentação de propostas concretas é adiada várias vezes trazendo tensão aos processos de negociação.

**10.** Ao longo de todo o processo Condsef convocou plenárias para debater com a categoria rumos da mobilização e ações para buscar a consolidação dos processos de negociação em curso. A realização de uma 4ª marcha foi aprovada para o mês de agosto.

**11, 12.** Enquanto isso continuava a batalha para que Planejamento apresentasse propostas concretas para que servidores pudessem analisar em assembleias. Governo continuou dificultando atendimento das principais demandas dos servidores. O prazo para envio de projetos ao Congresso Nacional, 31 de agosto, estava cada vez mais próximo.

**13, 14.** A 4ª marcha em agosto trouxe novamente milhares de servidores a Brasília. Enquanto lutava para conclusão dos processos de negociação, a categoria também buscava apoio para causas como atenção a saúde de servidores, caso dos intoxicados da Funasa que lutam contra doenças graves causadas por uso inadequado de inseticidas. A luta contra o PLP 549/09 que prevê limite de investimento público pelos próximos 10 anos também marcou a marcha.

**15.** Na reta final das negociações aumentou a pressão para que acordos fossem firmados e encaminhados no prazo ao Congresso. Durante semanas vigílias ocorreram em frente ao Planejamento para acompanhar as reuniões finais. No dia 31, sem que minutas tivessem sido analisadas de forma adequada, o governo encaminhou o projeto de lei (PL) 2203/11. Nos dias que se seguiram itens que não correspondiam aos processos de negociação foram detectados. Para lutar pela correção de absurdos foi procurado apoio parlamentar. Ao todo, 26 emendas ao PL 2203/10 ligadas à base da Condsef aguardam votação no Congresso.

**16.** Em 2011, a Condsef realizou dezenas de encontros nacionais de setores de sua base que debateram e discutiram suas principais pautas de reivindicação que continuarão defendendo em 2012. Um dos últimos encontros foi o de aposentados e pensionistas que reuniu representantes de mais de 20 estados.



16



15



14



13



12



9



10



11

as esferas para pressionar governo Dilma a dar continuidade a Campanha Salarial 2011 foi uma das maiores da história de lutas

■ NO CONGRESSO NACIONAL

# Base da Condsef conta com 26 emendas para corrigir injustiças contidas no PL 2203/11

*Entidade tenta reunião com relator do projeto, deputado Ronaldo Nogueira. Entre os problemas está mudança nos adicionais de insalubridade e periculosidade que sequer fizeram parte das negociações entre servidores e governo. Ao todo PL recebeu 182 emendas*

A Condsef segue buscando uma reunião com o deputado federal Ronaldo Nogueira, relator do projeto de lei (PL) 2203/11 que traz mudanças para uma série de categorias da base da entidade. O objetivo é buscar aprovação de 26 emendas ligadas aos setores da base da Confederação que corrigem pontos divergentes no PL com o que foi negociado no Ministério do Planejamento. Para buscar essa reunião, a Condsef conta com apoio parlamentar de Gilmar Machado, liderança do PT na Câmara dos Deputados que concordou em intermediar um encontro entre a Condsef, Nogueira e o secretário de Relações do Trabalho, Duvanier Paiva. Um dos problemas do texto do projeto está em temas que sequer fizeram

parte dos processos de negociação entre servidores e governo. Um deles trata de mudanças nos adicionais de insalubridade e periculosidade que promoveram, inclusive, redução de valores recebidos pelos servidores a depender do grau de exposição a que o trabalhador se submete. Trata-se de um verdadeiro retrocesso que prejudica dramaticamente milhares de trabalhadores públicos. Por isso, a Condsef é contra a proposta de modificação da forma e critério de pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Para isso, busca a supressão dos artigos 86 e 87 do PL 2203.

Outro grave impasse está no valor da remuneração concedida aos servidores de nível superior das diversas carreiras e planos de cargos contidas no PL. A Condsef acredita que os valores devam ser fixos, acompanhando o mesmo critério de tratamento dado aos servidores de nível intermediário e auxiliar.



Parlamentares devem votar emendas só em 2012

## Gratificações incorporadas na aposentadoria

Nos diversos casos onde há critérios de incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria e pensões, o governo avalia a possibilidade de padronizar regras que levem em conta a média dos últimos cinco anos em que o servidor fez jus à gratificação. Este assunto depende de modificações nas diversas Leis respectivas de cada Carreira e Plano de Cargos.

A Condsef também espera que uma emenda garanta solução para a situação referente a jornada de trabalho de médicos e outros profissionais que possuem atividades regulamentadas por Lei.

Estes e outros pontos aguardam avaliação dos parlamentares no Congresso. A expectativa é de que seja assegurada justiça às questões encaminhadas pelo Executivo

e que não refletem o resultado das negociações travadas com os trabalhadores. A Condsef vai continuar acompanhando o desdobramento dos debates sobre as divergências contidas no PL 2203 e manterá os servidores de sua base atualizados. Novas informações podem ser acompanhadas sempre em nossa página acessando [www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br). ■

■ INVESTIMENTOS PÚBLICOS

# Após ser rejeitado em duas comissões, PL 549/09 chega à CCJ

*Condsef esteve com o relator do projeto, deputado federal Anthony Garotinho, que se comprometeu a realizar amplo debate envolvendo servidores e a área econômica do governo*

Rejeitado por unanimidade nas comissões de Administração e Serviço Público e Finanças e Tributação, chega à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o polêmico projeto de lei (PL) 549/09 que propõe limites em investimentos públicos pelos próximos dez anos. Nomeado relator do PL na CCJ o deputado federal Anthony Garotinho recebeu recentemente a Condsef que levou documentos elaborados por sua subseção do Dieese apontando problemas no mérito do projeto.

O estudo destaca que o governo já dispõe de quatro dispositivos legais (PPA, LRF, LDO e LOA) para regular e controlar gastos na administração pública e mostra que os números ligados a esses gastos estão sob controle. Caso aprovado, o PL 549/09 traria prejuízos graves ao atendimento público provocando um engessamento crítico dos serviços que o Estado tem a obrigação de prestar à população.

A expectativa é de que Garotinho acompanhe o voto dos relatores das comissões que o antecederam e rejeite o projeto que coloca em risco avanços necessários e importantes para a administração pública. A Condsef colocou sua assessoria técnica a disposição do deputado relator do PL na CCJ.

## EVOLUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO EM RISCO

Em seu relatório, a subseção do Dieese na Condsef alerta ainda para o fato de que, uma vez aprovadas, as normas contidas no PLP 549 trarão dificuldades ao governo para manter o valor real dos vencimentos dos servidores federais. Ao mesmo tempo pode impedir que a União atenda as necessidades de crescimento vegetativo da folha de pessoal, mantenha e recomponha o quadro de pessoal da União ao menos para acompanhar o crescimento populacional. Neste caso,



Expectativa é de que Garotinho, relator do PL 549 na CCJ também rejeite o projeto

sofreria a população que depende de atendimento público e ficaria a mercê de serviços que, sem investimentos adequados, se tornariam cada vez mais caóticos.

Após passar pela CCJ o projeto deve seguir para votação em Plenário no Congresso Nacional. Em conjunto com suas filiadas, a Condsef vai conti-

nuar pressionando e buscando apoio de parlamentares pela derrubada desta proposta. O PLP 549/09 vai de encontro às necessidades reais da população brasileira que paga a maior taxa de impostos do mundo e tem direito a utilização adequada desses recursos com a garantia de serviços públicos de qualidade. ■

## ■ PARIDADE

# Aposentados e pensionistas recorrem à justiça e vão receber R\$ 600 milhões em gratificações

*AGU reconheceu direito e governo terá que pagar mais de 200 mil processos que cobraram paridade da União em gratificações não regulamentadas concedidas a servidores ativos e que não foram pagas integralmente a aposentados e pensionistas como determina a Constituição*



Milhares de aposentados e pensionistas que entraram com cerca de 200 mil processos aguardam agora que União pague o que deve

A correção de uma injustiça. Assim deve ser interpretada a determinação da Advocacia-Geral da União (AGU) para que o governo pague um total de R\$ 600 milhões em gratificações para aposentados e pensionistas que moveram ações em busca de seus direitos. A decisão encerra um ciclo de avaliações jurídicas onde tanto Superior Tribunal de Justiça quanto Supremo Tribunal Federal reconheceram direito desses servidores ao valor recebido pelo pessoa da ativa.

Desde 1998, o governo cria gratificações por desempenho que atingem cerca de 90% dos servidores ativos. Aos aposentados e pensionistas, normalmente eram concedidos índices entre 30% e 50% desses valores. Como possuem direito constitucional a paridade, muitos aposentados e pensionistas recorreram à Justiça pleitear a totalidade paga aos que estão na atividade.

**Por não serem gratificações regulamentadas**, a Justiça então entendeu que esses aposentados e pensionistas tinham sim direito ao valor integral pago aos ativos. So a partir de 2009 o governo passou a regulamentar as gratificações e avaliações dos servidores ativos. A determinação agora consolidada pela AGU assegura que servidores aposentados ou pensionistas que moveram ações individuais ou coletivas recebam os valores integrais pagos aos servidores ativos de uma mesma carreira. Ainda não há data definida, no entanto, para que os pagamentos sejam liberados pelo governo.

A Condsef que possui milhares de servidores em sua base em situação de espera por mais notícias vai seguir acompanhando informações ligadas ao tema. Todas as novidades serão amplamente divulgadas para que a categoria fique a par do andamento desse processo.

Motivada por essa importante vitória, os servidores aposentados e pensionistas devem ganhar fôlego e reforçar a luta em defesa da aprovação de propostas importantes que tramitam no Congresso como a PEC 270/08 que propõe aposentadoria integral a servidores afastados por invalidez e PEC 555/06 que prevê fim da contribuição de inativos. Veja mais detalhes desses e outros projetos de interesse dos servidores da base da Condsef na página 3 desta edição. ■

## ■ CONAB

## Trabalhadores participam das assembleias dos sindicatos da Condsef e fortalecem sua luta

*Em todo o Brasil trabalhadores da Conab têm participado das assembleias convocadas pelos sindicatos gerais filiados a Condsef legitimando as entidades como representantes da categoria no processo de negociações que busca aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.*

Paralelo a uma grande manifestação da vontade da maioria dos trabalhadores, um movimento ilegítimo vem tentando enfraquecer e desviar a atenção da maioria dos trabalhadores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para sua pauta de reivindicações. A Condsef e seus sindicatos filiados em todo o Brasil alertam e orientam os trabalhadores da Conab a não participarem de assembleias convocadas pela CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio).

A CNTC e uma confederação de aluguel que não tem qualquer legitimidade junto aos trabalhadores da Conab. E uma entidade de fachada que não tem nenhuma representatividade na base da Conab e está sendo usada para atender interesses da direção da empresa e uma minoria da direção executiva da Asnab Nacional.

Essa minoria quer aprovar, contra vontade da maioria dos trabalhadores, um acordo coletivo que não atende aos interesses e necessidades da categoria. Para não legitimar uma irregularidade e responder a essa afronta a organização sindical, a orientação é para que todos não participem dessas assembleias convocadas por esta confederação do comércio que nenhuma ligação com setor público possui.

Os ditos "representantes legítimos" dos trabalhadores afirmam que a Condsef e seus sindicatos filiados ingressaram com um dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) sem aprovação da categoria.

Uma completa inverdade já que todas as ações da Condsef e suas filiadas estão legitimadas por plenária setorial dos trabalhadores da Conab realizada no dia 15 de junho deste ano. A plenária contou com participação de representantes dos trabalhadores da Conab de 20 estados (MG, SP, BA, PI, SC, DF, CE, PE, RN, AP, MT, RO, AL, MA, AM, RR, RS, GO e RJ), incluindo o Distrito Federal. Além de aprovar a pauta de negociação da categoria, a plenária setorial deu amplos poderes para que a Condsef utilizasse de todas as instâncias legais necessárias para defender e ratificar a pauta aprovada de forma legítima pelos próprios trabalhadores.

Justamente para ratificar o que a categoria já legitimou na plenária setorial do dia 15 de junho, os sindicatos gerais filiados à Condsef estão realizando assembleias em todo o Brasil. As assembleias estão acontecendo com participação maciça dos trabalhadores que terão suas decisões sobre pauta de reivindicações e dissídio coletivo ratificadas e fortalecidas.

Já o esquema capitaneado por diretores da Conab em parceria com a Executiva da Asnab Nacional não tem nenhuma sustentação legal. Tal situação vem mostrar que a empresa está tentando impor um calote que levará prejuízo a maioria dos trabalhadores.

### DENÚNCIAS A ATOS ANTI-SINDICAIS

Para denunciar esses atos anti-sindicais, implantados e apoiados pela direção da Conab, a Condsef já en-

caminhou ofício aos ministérios da Agricultura, Planejamento e Casa Civil. Caso as afrontas a livre organização dos trabalhadores continuem a Condsef vai recorrer também a denúncias junto a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Não é possível tolerar esta gigantesca intromissão na organização dos trabalhadores. Intromissão que tem na arrecadação de imposto sindical um de seus maiores focos. Condsef e Sindsep's são contra a cobrança de imposto compulsório e acreditam na organização dos trabalhadores feita a partir da contribuição voluntária e participação dos próprios trabalhadores. Assim, respeitando a categoria é que se organiza a luta dos trabalhadores e se reúne forças em busca de melhores condições de trabalho.

Não é possível que um governo de origens trabalhistas faça vistas grossas a esse desrespeito a liberdade de organização da classe trabalhadora. A atual direção da Conab vem afrontando de forma desrespeitosa e absurda a vontade da maioria dos trabalhadores, fato que não acontecia sequer em épocas de ditadura. Tal comportamento inaceitável desta direção deve ser denunciado e combatido. A Condsef tem se valido de todos os mecanismos legais para defender a legitimidade do acordo coletivo de trabalho aprovado pelos trabalhadores e reforçar sua representatividade e de seus sindicatos filiados junto à categoria.

Ainda este mês, com data a ser confirmada, deve acontecer o julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores da Conab. A informação foi dada à Condsef pelo próprio TST (Tribunal Superior do Trabalho) onde corre a ação em defesa dos trabalhadores da Conab. A categoria deve estar atenta a todas as movimentações e luta em defesa de suas reivindicações. Novas informações podem ser acompanhadas em nosso site [www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br). ■

# Por um 2012 melhor

*Começamos mais um ano com grandes desafios nas mãos. Para ter aquilo que almejamos não vamos precisar só de nossos desejos. O que desejamos nos move, mas para chegar onde queremos será preciso ação. Uma ação forte e conjunta.*

**T**emos objetivos comuns. Esperamos dias melhores onde seremos respeitados e reconhecidos como força-motriz do crescimento do Estado. Somos parte essencial do processo político e econômico capaz de produzir desenvolvimento com justiça social; que todos os brasileiros esperam. O que todos queremos é o mesmo: um Brasil melhor.

Mas não há Brasil melhor sem serviços públicos que funcionem. Não há possibilidade de desfrutarmos de dias melhores sem que tenhamos respeitados nosso direito essencial a saúde, educação, sem que tenhamos cultura. Não há dias melhores sem infraestrutura adequada para que o País cresça. Entre o desejo de termos serviços públicos de qualidade e a possibilidade concreta de que nossos impostos sejam usados para o bem comum, estamos nós servidores.

Ano após ano lutamos, nos mobilizamos, protestamos e enfrentamos uma maré contrária de uma minoria que impede investimentos públicos, demoniza os servidores como vilões de uma crise provocada pelo capital e impõe suas vontades. É mais uma vez contra essa forte maré que teremos que remar em 2012. Estamos cansados. Mas apesar do cansaço, para além das desilusões que nos são impostas em negociações frustrantes que quando concluídas muitas vezes não são respeitadas, não podemos esmorecer.

Por um 2012 melhor, um ano ver-

dadeiramente justo, vamos precisar reunir e unir forças. Os sonhos e esperanças de cada um precisam ser renovados. Sem isso corremos o sério risco de deixar que a maré forte contrária ao desenvolvimento público nos leve ao abismo de um Brasil sem chances no futuro.

Estamos cansados. Cansados dos que nos acusam de ser "gasto" excessivo e risco para economia quando são outros os perigos, outros os vilões: a corrupção, a alta rolagem de juros da dívida interna, o superávit, entre tantos outros males. Não devemos e não podemos aceitar os rótulos que tentam dia-a-dia nos impor. Somos solução e não problema.

Quando romperem os fogos anunciando um novo ano, devemos deixar romper também em nós as chamadas fortes e vibrantes de nossas reivindicações. As certezas de nossos direitos e de que merecemos dias melhores devem nos acompanhar em nossa luta. Pois para que ouçam nossos anseios vamos precisar de muitas vozes. Para vencer a maré que não quer que cheguemos à margem, vamos precisar de fortes braços. Os mesmos braços que devem levar aos brasileiros aquilo que todos mais querem, precisam e têm direito: serviços públicos de qualidade.

**Um ano de vitórias a todos nós!**

*Josemilton Costa*  
Secretario-geral Condsef



OSCAR CABRAL



BARBARA